**TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA****1.DO OBJETO**

1.1 Contratação para a prestação de serviços de chaveiro na Fiocruz Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição/ especificação	Unidade de Medida	Qtda	Valor Estimado
1	Contratação de prestação de serviços de chaveiro, nos campi Fiocruz.	Serviço	1	R\$ 144.166,26

1.2.O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520 de 2002, c/c art. 1º do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do Anexo V da IN nº 05/2017.

1.3 O quantitativo e respectivo item são os discriminados na tabela acima.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.4.1. O regime de execução da contratação será de empreitada por preço unitário pois observa-se que pela natureza do serviço que se pretende, os interessados devem cotar um preço certo pré-definido e correspondente ao valor total do serviço.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2 A Contratada deverá atender as especificidades de cada demanda como especificadas no item 10 e seus subitens deste Termo de Referência;

5.1.2.1 A Contratada deverá executar as atividades em todos os *campi* da Fundação Oswaldo Cruz no Estado do Rio de Janeiro, conforme descrito neste Termo de Referência.

5.1.2.2 A contratada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação, conforme item 6 deste TR;

5.1.2.3 A contratada deverá atender a cada tipo de Serviços de Chaveiro nos *campi* Fiocruz do Rio de Janeiro, levando em consideração as especificidades de cada demanda;

5.1.2.4 Prever total condição de atender à execução dos Serviços de Chaveiro em todos os *campi* da Fundação Oswaldo Cruz, no estado do Rio de Janeiro;

5.1.3 A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

5.1.4 Para os serviços a serem contratados não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.1.5 A Fiocruz definiu como solução de mercado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, com execução por demanda, conforme descrito no item 10 e seus subitens deste Termo de Referência.

5.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3 Não há necessidade de estimativa de custos com deslocamentos e hospedagens.

5.4 As obrigações da Contratada e Contratante são aquelas previstas neste Termo de Referência, nos itens 12 e 13.

5.5. O presente objeto da licitação não se enquadra em legislações especiais e margem de preferência.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A Contratada deverá adotar os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade, mínimos, a seguir:

6.1.1 Deverá atender à Política de Sustentabilidade da Instituição.

6.1.2 Atender, no que couber, às exigências previstas na IN 01/2010 – SLTI/MPOG.

6.1.3 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

6.1.4 No que diz respeito à mão de obra a contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego realizando treinamentos dos seus funcionários periodicamente.

6.1.5 Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços.

6.2 Atendimento às leis e normas ambientais, tais como:

- a) Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- b) Lei nº 6938 de 17/01/1981 Política Nacional do Meio Ambiente;
- c) Lei Estadual Nº 4.191 Política estadual de resíduos sólidos.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 15:00 horas. O licitante interessado em realizar a Vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, deve efetuar o agendamento previamente pelos telefones (21) 2209-2141/2142/2190.

7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4 A não realização da vistoria, uma vez ser a mesma facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1 As solicitações para execução dos serviços serão realizadas através de Ordem de serviço e conforme solicitação formal da fiscalização do contrato.

8.1.1.2 As Ordens de Serviço serão atendidas durante o expediente normal da Fiocruz: de segunda a sexta feira das 08:00h às 17:00h em prazo não superior a 02(duas) horas.

8.1.2 As ordens de serviços serão executadas conforme modelo Anexo I;

8.1.3. As Ordens de serviços, cujo modelo encontra-se em anexo, serão emitidas pelo Sistema Integrado de Administração do Campus – SIAD/DIRACWEB, após a solicitação do requisitante, e nelas constarão todas as informações necessárias à execução;

8.1.4. O contato com os profissionais da Contratada para a entrega das OS's será feito através da equipe da Coordenação de Serviços Operacionais (CSO/Cogic)

8.1.5 A Contratada deverá disponibilizar correio eletrônico (e-mail) para recebimento das OS, bem como telefone para contato com os profissionais que executarão os serviços;

8.2 Os serviços deverão ser prestados em dias úteis e horário comercial, mediante agendamento prévio com a fiscalização do contrato.

8.3 A contratada deverá refazer os serviços não aprovados pelo requisitante, sem ônus para a Fiocruz, no mesmo prazo da primeira entrega, ou seja, em prazo não superior a 02 (duas) horas. Os serviços em desconformidade com o termo de referência e/ou edital não serão aceitos pela fiscalização.

8.4 A execução dos serviços terá início na data prevista e determinada pela Contratante, após a assinatura do contrato.

8.5 Após a formalização do contrato, a portaria com designação de gestor e fiscal será emitida pela autoridade competente.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 A Contratada deverá considerar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a perfeita execução dos serviços.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1- Localidades de Prestação dos serviços

- Há a necessidade de atendimento aos seguintes *campi* da Fiocruz:

	Campus	Endereço
01	Manguinhos	Av. Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ
02	Expansão do Campus	Av. Brasil, nº 4.036, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ
03	IFF – Instituto Fernandes Figueiras	Av. Rui Barbosa, nº 716, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ
04	CFMA – Campus Fiocruz Mata Atlântica	Estrada Rodrigues Caldas, nº 3.400, Taquara, Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ
05	CRPHF – Centro de Referência Professor Hélio Fraga	Estrada do Curicica, nº 2.000, Curicica, Rio de Janeiro - RJ

10.1.2 - Demanda a ser executada

10.1.2.1 Descrição e previsão total dos serviços

Tabela 1

--	--	--

Item	Descrição	Qtda
1	Abertura de portas, gaveteiros, cadeados e armários.	220
2	Confecção de chave comum (a partir do miolo).	550
3	Cópia de chave comum.	550
4	Retirada de chave quebrada de fechadura	40
5	Troca de segredo de fechadura comum	80
6	Conserto de miolo de fechadura	40
7	Confecção de chave gorja (porta interna -a partir do miolo)	20
8	Cópia de chave gorja (porta interna)	20
9	Abertura de porta fechadura tetra	20
10	Confecção de chave tetra (a partir do miolo)	20
11	Cópia de chave tetra	20
12	Troca de Segredo de fechadura tetra	10
13	Abertura de porta fechadura multiponto	100
14	Confecção de chave multiponto (a partir do miolo)	100
15	Cópia de chave multiponto	100
16	Abertura de porta fechadura Keso codificada	20
17	Confecção de chave Keso codificada (a partir do miolo)	20
18	Cópia de chave codificada keso	20

Destaca-se que as portas podem ser de ferro, aço, blindex, madeira ou divisória, e ainda podem ser internas ou externas.

10.1.3 Imagens Ilustrativas

10.1.3.1. Seguem abaixo as imagens representativas dos tipos de chave hoje utilizadas na Instituição, levando-se em consideração as instalações em que serão executados os serviços, objeto deste Termo de Referência.

Chave Comum



Chave gorja



Chave multiponto



Chave treta



Chave decodificada Keso



10.1.4 - Definições

10.2.1-Para a realização dos serviços, considera-se:

- Modelagem de chave: operação pela qual o chaveiro molda uma chave a partir de uma fechadura existente ou chave original;
- Chave tetra: utensílio de ferro ou outro metal que se introduz na fechadura à qual pertença para movimentar a lingueta, e que possibilita abrir ou cerrar portas, tampas, cadeados, etc. constituído por quatro abas dentadas (palhetões) que correspondem rigorosamente ao mecanismo da fechadura;
- Troca de segredo: substituição do cilindro ou tubo interno da fechadura que contém as abas dentadas;
- Cilindro de fechadura: tubo, normalmente metálico, no qual o segredo onde as abas dentadas da chave se encaixam;
- Abertura de fechadura: procedimento para destravar a fechadura da porta, móvel, etc. que não possui a respectiva chave.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.2.1 Após a formalização do contrato, a portaria com designação de gestor e fiscal será emitida pela autoridade competente.

11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.

11.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a disponibilização dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade Federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, a rotina de execução descrita no item 8 deste Termo de Referência.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, haja vista as interdependências das tarefas e a responsabilização direta da execução dos serviços.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.2 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.4 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.6 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.7 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.8 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.10 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.11 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.12 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas descritas no item 8 deste Termo de Referência.

15.13 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1 A prestação do serviço será aceita e a qualidade avaliada mensalmente por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo V, o qual poderá ser descontado da empresa Contratada a alíquota de 5% do valor líquido, pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, chegando assim a um valor final de fatura a liberar.

16.2.2 A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.2.3 A FISCALIZAÇÃO irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificada desconformidade contínua na prestação do serviço com base na qualidade exigida.

16.2.4 A CONTRATADA será avaliada por meio do resultado das avaliações da qualidade do serviço prestado em decorrência de verificações em campo por meio de vistorias realizadas pelos fiscais operacionais das unidades assistidas que subsidiarão a fiscalização do contrato.

16.2.5 O resultado das avaliações da qualidade será por meio da análise do seguinte módulo:

16.2.5.1 Avaliação do serviço de chaveiro nos *campi* Fiocruz.

16.2.6 Nas avaliações realizadas pela fiscalização será atribuída ao formulário de avaliação da qualidade dos serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Ruim” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 9 a 10; 6 a 8; 3 a 5 e 0 a 2 para cada item avaliado de acordo com o número de ocorrências, conforme tabela abaixo a qual define as pontuações para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
9 a 10 (de nove a dez) pontos	6 a 8 (de seis a oito) pontos	3 a 5 (de três a cinco) pontos	0 a 2 (de zero a dois) pontos

ÓTIMO - Refere-se à conformidade/atendimento total dos critérios.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios.

RUIM - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios.

PÉSSIMO - Refere-se à desconformidade total dos critérios.

16.2.7 A fiscalização do contrato realizará o acompanhamento e fará a avaliação mensal da execução dos serviços. Para obtenção do valor mensal da fatura, os resultados das avaliações da qualidade, que corresponde a 100% do faturamento mensal da empresa Contratada, serão liberados conforme Intervalo de pontos alcançados, idêntico ao descrito no item 8 deste Termo de Referência, e tabela abaixo:

Serviços de Chaveiro nos <i>campi</i> Fiocruz			
De	Até		Alíquota (%) Para Liberação
9	10	Ótimo	Liberação 100% da fatura
6	8	Bom	Liberação 98,5% da fatura
3	5	Ruim	Liberação 96,5% da fatura
0	2	Péssimo	Liberação 95% da fatura

16.2.8 A fiscalização do contrato realizará acompanhamento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por meio de relatórios mensais.

16.2.9 A empresa Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.2.10 A fiscalização do contrato irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.

16.2.11 A Contratada deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

16.2.12 Apesar da possibilidade de adequação ao pagamento (descontos) na fatura mensal pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, a contratualização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) não exclui a possibilidade de aplicação de sanções legais conforme previsto em contrato.

16.2.13 Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados;

16.2.14 O modelo de relatório utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado nas unidades Fiocruz poderá ser atualizado, revisto e sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

16.2.15 A empresa Contratada após notificação e ciência das não conformidades encontradas na unidade assistida, deverá estipular prazo em comum acordo entre a unidade e a fiscalização do contrato para solucionar as falhas apontadas que foram causar de desconto na fatura anterior.

16.2.16 Todos os relatórios de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) enviados mensalmente a fiscalização do contrato deverão ser datados e assinados por profissionais designados pelas unidades assistidas e servirão de atesto para liberação do pagamento da fatura.

16.2.17 O modelo de formulário utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo III, nas dependências da Fiocruz poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

16.2.18 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.2.19 A fiscalização do contrato contará com um Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico, designado pela Cogic – Coordenadoria Geral de Infraestrutura dos Campi, e se for o caso, fiscais setoriais indicados pelas unidades parceiras e designados pela Cogic que irão acompanhar todas as atividades/operações do serviço em suas unidades, além de apoio administrativo para dar suporte ao fechamento das faturas mensais e nas atividades operacionais.

16.2.20 A comunicação entre a fiscalização do contrato e a contratada será através de representante designado pela contratada, o qual deverá atender todas as demandas administrativas e operacionais da prestação do serviço.

16.2.21 A CONTRATADA deverá manter registros, controles e informações das ocorrências das não conformidades apresentadas no IMR, pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a FISCALIZAÇÃO do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

16.2.22 Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados.

16.2.23 A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO do contrato para solucionar as falhas apontadas pelas unidades assistidas.

16.2.24 A Fiscalização do contrato avaliará através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a qualidade dos serviços e considerará as ocorrências registradas, por meio de seu fiscal operacional. A fiscalização do contrato irá consolidar o IMR final obtido em cada unidade a fim de se obter o percentual de satisfação da prestação do serviço e consequentemente verificar o atingimento do indicador de atendimento da cesta Fiocruz pela média dos percentuais atingidos nas respectivas unidades. O não atingimento do indicador de atendimento descrito no item 16.2.6 deste instrumento, sujeitará a Contratada as penalidades previstas no Termo de Referência e no contrato.

16.3 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1 não produziu os resultados acordados;

16.3.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos, exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1 o prazo de validade;

18.5.2 a data da emissão;

18.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4 o período de prestação dos serviços;

18.5.5 o valor a pagar; e

18.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. REAJUSTE

19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, correspondente exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1 Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da

20.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10 Será considerada extinta a garantia:

20.10.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

- (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.13.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14. Comete infração administrativa nos termos da Portaria nº 150/2019-Cogead Fiocruz:

21.14.1 DAS SANÇÕES:

21.14.1.1 Não assinar o contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

21.14.1.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

21.14.1.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

21.14.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

21.14.1.5 Não manter a proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

21.14.1.6 Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

21.14.1.7 Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

21.14.1.8 Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

21.14.1.9 Cometer fraude Fiscal:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

21.14.2 AGRAVANTES:

21.14.2.1 As sanções previstas no item 21.14.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

21.14.2.1.1 Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

21.14.2.2 Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

21.14.2.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução de processo licitatório;

21.14.2.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

21.14.2.2 As penas previstas nos subitens 21.14.1.1, 21.14.1.2, 21.14.1.4 e 21.14.1.5 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no item 3.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes.

21.14.3 ATENUANTES

21.14.3.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

21.14.3.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

21.14.3.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

21.14.3.4 A penalidade a que se refere ao subitem 21.14.1.2 será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

21.14.3.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado.

21.14.3.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

21.14.3.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no item 5.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz;

21.14.3.5 O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

21.14.4 ATENUANTES

21.14.4.1 Quando da ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;

21.14.4.2 A Aplicação das penas previstas nesta portaria não se exclui possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem inclusive por perdas e danos causados à Administração;

21.14.4.3 Na apuração dos fatos de que trata a portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requere diligências;

21.14.4.4 No estabelecimento da pena, obrigatoriamente, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos itens acima. O Cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores agravantes conforme previsto no 21.14.2 para a majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no item 21.14.3 para a redução da pena.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos neste instrumento, levado ao Edital, conforme descrição abaixo:

22.3.1 Comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

22.3.2 A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando o desempenho de atividade, conforme detalhadas e nas conformidades deste Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

22.3.3 Atestado de Serviços de Chaveiro, com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais, conforme estabelecido no item 10 deste Termo de Referência.

22.3.3.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

22.3.3.2 Serão aceitos o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado.

22.3.3.3 Para fins de comprovação será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos.

22.3.3.4 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

22.3.3.5 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22.6 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.7 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 144.166,26 (cento e quarenta e quatro mil, cento e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos).

24 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

24.1.1 A presente contratação está prevista no Plano Anual da Cogic, sob o registro do Plano Plurianual do Governo Federal, ação Orçamentária 2000 do PPA 2020-2023.

24.1.2 Projeto: 0032.2000.567.00003 - Prestação de Serviço de Chaveiro - Nova Contratação

24.1.3 Iniciativa: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

24.1.4 Ação Orçamentária: 2000 - Administração da Unidade-Custeio

24.1.5 Finalidade da Ação: 567 - Gestão de Apoio Administrativo - Manutenção condominial

24.1.6 Programa de Trabalho: 10122.0032.2000.0033

24.1.7 Natureza da Despesa: 339039 - Outros Serv. de Terceiro-Pessoa Jurídica

24.1.8 Subelemento: 16

24.1.9 Fonte de Recurso: 06151000000

24.2 O Código cadastrado no Planejamento de Gerenciamento de Contratações -PGC é o código nº5436 (item nº105)

Darcy Rodrigues

De Acordo
Fábio Cerqueira
Coordenação de Serviços Operacionais

Autorizo
Coordenação Geral de Infraestrutura do Campus

DOS ANEXOS:

Anexo I – Ordem de Serviços
Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;
Anexo III– Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
Anexo IV – Mapa de Riscos

ANEXO I – Ordem de Serviços

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar nº 02/2022 – Prestação de serviços de chaveiro na Fiocruz.

1. Informações Básicas

Processo Nº: 25389.000668/2021-11

Designação da Equipe de Planejamento: PORTARIA Nº 323, de 14 de dezembro de 2021

2. Introdução.

A Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, que abriga enorme diversidade de atividades, incluindo o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos farmacêuticos e serviços de saúde e a implementação de programas sociais.

3. Descrição da necessidade

A Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz e está presente em todas as atividades da Instituição. Sua missão é de prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz.

Nesse contexto, a pretensa contratação visa ao atendimento das solicitações oriundas das diversas Unidades Administrativas e Técnicas, Laboratórios, Presidência e seus Gabinetes incluindo: abertura e conserto de fechaduras, confecção (modelagem) e/ou cópias de chaves, trocas de segredos.

A contratação dos serviços de chaveiro se justifica, diante da necessidade de atender as demandas dos *campi* Fiocruz, pela necessidade de manter segurança das instalações e na guarda de documentos e materiais de interesse do órgão, o que requer a manutenção do bom funcionamento das trancas em portas, armários, gavetas, entre outros. Os serviços de chaveiro são indispensáveis ao controle de acesso a setores e à proteção e sigilo das informações, tendo em vista a manutenção

da segurança e a preservação dos documentos e bens que se encontram nas dependências da Fiocruz.

A presente necessidade deve ser tratada de forma continuada pela sua essencialidade, pois visam atender de forma contínua e permanente, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de forma que sua interrupção comprometa a prestação de serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

Seguem abaixo, imagens representativas dos tipos de chave hoje utilizadas na Instituição, levando-se em consideração as instalações em que serão executados os serviços, objeto deste estudo técnico preliminar.

Chave Comum



Chave gorja



Chave multiponto



Chave treta



Chave decodificada Keso



4. Área requisitante

- DSG - Departamento de Serviços Gerais - DSG

Responsável: **Fábio Henrique Cerqueira** – Matrícula Siape nº 1993178

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

As necessidades expostas no item 1, a(s) solução(ões) deve(m) atender aos seguintes requisitos, dentre outros:

1. A solução adotada deverá prever total condição de atender a execução das manutenções em todos os *campi* da Fundação Oswaldo Cruz, no estado do Rio de Janeiro;
2. A solução adotada deverá considerar o deslocamento de mão de obra para executar atividades em outros *campi* Fiocruz, bem como o deslocamento dos materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução
3. A solução adotada deverá atender a cada tipo de atividade, levando em consideração as especificidades de cada demanda, conforme descritas nos itens 1 e 8 deste Estudo.
4. A solução adotada deverá atender a execução diária de atividades, incluindo finais de semanas em situações específicas;
5. A solução adotada deverá atender a execução de atividades em horários diferenciados, quando necessário;

- A solução adotada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;
- A solução adotada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades;

6. Levantamento de Mercado

Trata-se de prestação de serviço comum. No âmbito da administração Pública Federal, diversos órgãos fazem contratação de empresa para a prestação dos serviços em tela, para atendimento de suas demandas, a exemplo:

- Secretaria Municipal – Canoas, Pregão nº 189/21;
- Prefeitura Municipal de Santa Luzia Pregão nº 05/21;
- Prefeitura Luiz Eduardo Magalhães, Pregão nº 29/21;
- Ibama, Pregão nº 08/21;
- Ministério da Educação, Pregão nº 01/21
- Universidade Federal do Paraná, Pregão nº 58/21

Em referência à execução atual, através do contrato nº 21/2017, processo nº 25389.000015/2017-4 da empresa TA-KELL SERVIÇOS GRÁFICOS EM GERAL EIRELI, a solução hoje adotada é a contratação por demanda. O valor total do contrato é de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Essa solução tem se mostrado adequada em razão das atividades de manutenção serem habituais, rotineiras e inter-relacionadas. Tais atividades fazem parte da rotina de todos os *campi*. Noutro giro, destacamos que outrora, a execução deste serviço já foi realizada através de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra com custo mais elevado para a Administração do que a atual forma de execução.

Nesse sentido, há a possibilidade de classificarmos duas soluções, conforme abaixo:

1. Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços **por demanda incluindo o fornecimento de todos os materiais e mão de obra, sem dedicação exclusiva de mão de obra;**

- Ponto Forte: Evita descontinuidade. A programação dos serviços fica a cargo da contratada, com especificidade para a Fiocruz, que define quando e onde atender.
- Ponto Fraco: Atrasos e dificuldades quando da necessidade de atendimentos emergenciais

2. Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços **por posto de trabalho e em regime de mão de obra residente:**

- Ponto Forte: Há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para que executem prontamente tarefas de seu interesse e necessidade.
- Ponto Fraco: A existência de um custo fixo que por vezes dificulta a sua manutenção pela carência de recurso; Períodos ociosos das equipes com geração de custos desnecessários para contratante; Dificuldade em dimensionar a força de trabalho de suporte.

7. Descrição da Solução como um todo

Ao observar e analisar as soluções que se apresentam no item acima (Levantamento de Mercado), suas formas, propostas de fornecimento, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiências de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, conclui-se que o formato mais adequado a ser utilizado na Instituição é a “opção 01”: Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços **por demanda incluindo o fornecimento de todos os materiais e mão de obra, sem dedicação exclusiva de mão de obra.**

No que se refere à busca da melhor solução, foi realizada consulta e verificou que existem empresas especializadas na prestação destes serviços técnicos, tais como:

- Ta-kell serviços gráficos em geral Eireli
- Tottoni Chaves e Carimbos Ltda-ME
- A Chave Neide ME;
- GSR Comercial e Serviços LTDA;
- Chaveiro Grande Rio Ltda.
- COSTA CHAVEIRO 24hs e CS Afiações Profissional
- Centralcode
- Rio Express Chaveiro
- Chaveiro Grajaú 24 Horas
- Chaveiro Tekno Chaves
- Chaveiro Centro RJ RM
- Chaveiro Italianos
- JG chaveiro chaves codificadas e residenciais
- Chaveiro Guedes LTDA
- Chaveiro São Conrado
- L. F. Júnior - Chaveiro

Concluimos que essa solução como um todo abrange contratação de empresa para atender a demanda de serviços de chaveiro, incluindo o fornecimento de todos os materiais e mão de obra. Conforme a necessidade da Fiocruz será emitida Ordem de fornecimento à empresa contratada, especificando o respectivo

quantitativo e tipo de serviços que deverão ser prestados. Todas as ferramentas, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada aos seus técnicos. O Contratante não se obriga a consumir todo o quantitativo estimado do objeto.

8. Estimativa das quantidades

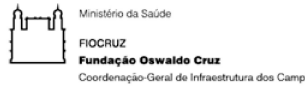
O quantitativo de serviço demandado considerou o histórico dos serviços de chaveiro com confecção de chaves, abertura de fechaduras, portas, gaveteiros, cadeados, armários, cópia de chaves e trocas de fechadura. Além do histórico indicado, foi necessário ainda o acréscimo de um novo modelo de chave (Keso) para atendimento às novas edificações, como por exemplo, a demanda do Centro Hospitalar – Covid 19, da Unidade de Apoio ao Diagnóstico do Covid 19 - Unadig_RJ e das instalações da ETE-Biobanco.

Diante da crise pandêmica causada pela COVID-19, pela manutenção e preservação da vida, diversas atividades presenciais foram suspensas nos *campi* Fiocruz. Este cenário diminuiu, em 2021, a utilização de alguns serviços de chaveiro, cuja demanda não se fez necessária naquele momento.

À vista disso, mantiveram-se os quantitativos previstos em 2021, ainda que não utilizados, devido ao cenário supramencionado.

Cumpram-se destacar que o método utilizado na definição das quantidades para a pretensa contratação foi baseado no histórico de execução, considerando as variações dos anos anteriores, bem como o executado em 2021, conforme tabela 01 abaixo:

Tabela 01



Prestação de Serviço de Chaveiro	Qtd. Total do Contrato Atual	Qtd. Total Utilizado Ano/2017	Qtd. Total Utilizado Ano/2018	Qtd. Total Utilizado Ano/2019	Qtd. Total Utilizado Ano/2020	Qtd. Total Utilizado Ano/2021
Abertura de portas, gaveteiros, cadeados e armários	220	121	79	61	23	73
Confecção de chaves	550	220	249	151	50	150
Confecção de cópia de chave	550	297	387	158	85	234
Confecção de chave gorja	20	1	0	3	0	0
Confecção de cópia chave gorja	20	2	3	1	0	0
Confecção de chave treta	10	7	1	3	0	1
Confecção de cópia de chave treta	10	5	1	4	0	0
Troca de segredo de fechaduras	80	34	30	19	14	77
Retirada de chave quebrada em fechadura	30	14	12	8	2	10
Conserto de miolo de fechadura	50	35	27	22	9	28

Além disso, a estimativa das quantidades, está levando em consideração a necessidade de atendimento às demandas das novas edificações Fiocruz, como por exemplo, a demanda do Centro Hospitalar – Covid 19, da Unidade de Apoio ao Diagnóstico do Covid 19 - Unadig_RJ e das instalações da ETE-Biobanco.

Assim, para que a solução seja posta em prática e executada com qualidade, eficiência e segurança, deve-se dar pelas quantidades indicadas nas tabelas abaixo:

Tabela 02

Estimativa das Quantidades a serem contratadas		
Item	Descrição	Qtda
1	Abertura de portas, gaveteiros, cadeados, e armários.	220
2	Confecção de chave comum (a partir do miolo).	550
3	Cópia de chave comum.	550
4	Retirada de chave quebrada de fechadura	40
5	Troca de segredo de fechadura comum	80
6	Conserto de miolo de fechadura	40
7	Confecção de chave gorja (porta interna -a partir do miolo)	20
8	Cópia de chave gorja (porta interna)	20
9	Abertura de porta fechadura tetra	20
10	Confecção de chave tetra (a partir do miolo)	20
11	Cópia de chave tetra	20
12	Troca de Segredo de fechadura tetra	10
13	Abertura de porta fechadura multiponto	100
14	Confecção de chave multiponto (a partir do miolo)	100
15	Cópia de chave multiponto	100
16	Abertura de porta fechadura Keso codificada	20
17	Confecção de chave Keso codificada (a partir do miolo)	20
18	Cópia de chave codificada keso	20

9. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado da contratação foi obtido a partir de método matemático aplicado em série de preços coletados, dos quais foram desconsiderados, na sua formação, os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados;

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou as pesquisas de preços conforme Anexo III deste ETP e foi realizada com base nas fontes abaixo:

- Divulgação de processos licitatórios de outros órgãos públicos;
- Consulta ao portal <http://comprasnet.gov.br>;
- Propostas de Preços obtidas diretamente com prestadores de serviços.

Segue abaixo o detalhamento dos preços obtidos:

Tabela 3

SERVIÇOS	Orde Estimada de Serviços	Empresa Tottusol Chaves e Carbonos	Empresa TA-RELI Serviços Gráficos	Secretaria Municipal - Canon Pregão 189/21	Prefeitura Municipal de Santa Luzia Pregão 05/21	Prefeitura Luiz Eduardo Magalhães - BA Pregão 29/21	BAMA - PRECÃO 08/21	Ministério de Educação - 01/21 (BRP)	Universidade Federal de Paraná Pregão 58/21 (BAP)	Pregão Unitário Médio Administração	Valor Total
Abertura de portas, gaveteiros, cadeados, e armários	220	R\$ 70,00	R\$ 48,50	R\$ 56,67			R\$ 40,00		R\$ 48,31	R\$ 52,70	R\$ 11.593,12
Confeção de chave comum (a partir do miolo)	350	R\$ 90,00	R\$ 38,50				R\$ 40,00	R\$ 25,50	R\$ 38,80	R\$ 21.340,00	
Cópia de chave comum.	550	R\$ 8,00	R\$ 15,00	R\$ 9,33	R\$ 8,00	R\$ 7,33	R\$ 10,00	R\$ 7,75	R\$ 8,10	R\$ 4.496,94	
Retirada de chave quebrada de fechadura	40	R\$ 50,00	R\$ 45,00						R\$ 47,50	R\$ 1.900,00	
Troca de segredo de fechadura comum	80		R\$ 48,50	R\$ 66,66	R\$ 35,00				R\$ 44,31	R\$ 46,89	R\$ 3.751,52
Conserto de miolo de fechadura.	40		R\$ 60,90	R\$ 66,66	R\$ 42,33		R\$ 40,00		R\$ 41,00	R\$ 50,18	R\$ 2.007,12
Confeção de chave porta (porta interna -a partir do miolo)	20	R\$ 80,00	R\$ 48,00						R\$ 64,00	R\$ 1.280,00	
Cópia de chave porta (porta interna)	20	R\$ 25,00	R\$ 30,00	R\$ 23,33					R\$ 18,00	R\$ 24,08	R\$ 481,65
Abertura de porta tetra	20	R\$ 80,00	R\$ 58,50	R\$ 116,66	R\$ 52,33	R\$ 81,67	R\$ 60,00		R\$ 51,83	R\$ 71,57	R\$ 1.431,40
Confeção de chave tetra (a partir do miolo)	20	R\$ 120,00	R\$ 70,00					R\$ 28,90	R\$ 54,71	R\$ 1.094,50	
Cópia de chave tetra	20	R\$ 25,00	R\$ 40,00	R\$ 31,66	R\$ 27,33	R\$ 28,67	R\$ 20,00	R\$ 18,01	R\$ 20,00	R\$ 26,33	R\$ 526,68
Troca de Segredo de fechadura tetra	10		R\$ 65,00		R\$ 39,00				R\$ 55,00	R\$ 53,00	R\$ 530,00
Abertura de porta multiponto	100	R\$ 250,00	R\$ 260,00						R\$ 255,00	R\$ 25.500,00	
Confeção de chave multiponto (a partir do miolo).	100	R\$ 350,00	R\$ 290,00						R\$ 320,00	R\$ 12.000,00	
Cópia de chave multiponto	100	R\$ 90,00	R\$ 115,00			R\$ 100,00			R\$ 108,33	R\$ 10.833,33	
Abertura de porta codificada Kieso	20	R\$ 450,00	R\$ 190,00						R\$ 320,00	R\$ 6.400,00	
Confeção de chave codificada Kieso (a partir do miolo).	20	R\$ 900,00	R\$ 380,00						R\$ 640,00	R\$ 12.800,00	
Cópia de chave codificada Kieso	20	R\$ 400,00	R\$ 220,00						R\$ 310,00	R\$ 6.200,00	
TOTAL											R\$ 144.166,26

Mediante ao exposto, informamos que a Fundação Oswaldo Cruz chegou ao valor total estimado de R\$ 144.166,26 (cento e quarenta e quatro mil cento e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos), para a pretensa contratação.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Embora a regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, seja a divisão das aquisições em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, buscando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, houve o agrupamento dos itens de devido à necessidade de padronizar os serviços prestados, bem como estimular a concorrência entre as proponentes de forma que ofereçam melhores valores, devido ao volume de solicitações durante a vigência contratual.

Portanto, a divisão do objeto seria técnica e economicamente inviável, haja vista o risco de perda de qualidade e de economia de escala, bem como o tempo dispensado e os recursos humanos que seriam demandados para gerenciamento e controle dos contratos, no caso de contratação de vários fornecedores.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está prevista no Plano Anual da Cogic, sob o registro do Plano Plurianual do Governo Federal, ação Orçamentária 2000 do PPA 2020-2023.

Projeto / Processo: 001.2000.003.15052

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.16

Fonte de Recurso: 06153000000

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

1. Oferecer condições para salvaguarda do patrimônio público federal e das pessoas nos *campi* Fiocruz Rio de Janeiro;
2. Oferecer controle de acesso a setores e à proteção e sigilo das informações, tendo em vista a manutenção da segurança e a preservação dos documentos e bens que se encontram nas dependências da Fiocruz;
3. Possibilitar o atendimento das demandas de chaveiro com fornecimento de materiais e mão de obra;
4. Condições mais seguras para desenvolvimento das atividades fins da instituição, dos profissionais e usuários das edificações dos *campi* Fiocruz;
5. Garantia do exercício das atividades de pesquisas, com maior segurança para os ambientes laboratoriais e científicos da instituição;
6. Garantia da preservação do patrimônio da instituição, sua história e cultura.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se verificam impactos ambientais decorrentes da contratação. Mas sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de serviços pela Administração Pública Federal, conforme Art. 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, a Contratante exigirá que a empresa Contratada adote as seguintes práticas de sustentabilidade na aquisição de bens, além de demais regulamentações que sejam aplicadas sobre os serviços contratados:

Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nos elementos até aqui apresentados neste Estudo Preliminares, DECLARO que a contratação é viável:

17. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Departamento	Identificação	Assinatura
DSG	Fábio Cerqueira Siape: 1993178 Analista de Gestão em Saúde	
DSG	Darcy Rodrigues da Silva Siape: 1287759 Analista de Gestão em Saúde	
DGI	Hélio Coelho Silveira da Rosa – Siape: 6465383 Analista de Gestão em Saúde	

ANEXO III – Índice de Medição de Resultados - IMR

IMR - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CHAVEIRO											
		DESCRIÇÃO	Nº TOTAL DE REQUISIÇÕES MENSAS	Requisições NÃO Avaliadas	Péssima	Ruim	Bom	Ótimo	Resultado % de Não Conformidade	GLOSA A SER APLICADA	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CHAVEIRO	AVALIAÇÃO DO RELATÓRIO DIRACWEB	Resposta Manual	INFORMAÇÃO OBTIDA ATRAVÉS DE RELATÓRIO EXTRAÍDO DO DIRACWEB DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE CHAVEIRO	100	0	0	0	100	0	0%	0,00%
	AVALIAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	Resposta Manual	PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Pontuação Aplicada Após		Legenda da Pontuação Aplicada					
			Existe bom senso, iniciativa, afabilidade, educação, agilidade e fluência verbal presente na prestação de serviço	10		ótimo					
			Observação:								
			O horário de ocupação do posto de trabalho e permanência do profissional está sendo respeitado pela contratada	10		ótimo					
			Observação:								
			A contratada respeita o limite de até 60 minutos para a cobertura dos postos ausentes	10		ótimo					
			Observação:								
			O plano de rotina de trabalho estabelecido pela Empresa Contratada está sendo cumprido	10		ótimo					
			Observação:								
Como pode ser avaliada o profissional quanto apresentação pessoal (uso do uniforme e crachá)	10		ótimo								
Observação:											

IV – Mapa de Riscos



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

4/2022

Objeto da Matriz de Riscos

Prestação de serviços de chaveiro na Fiocruz

Responsável pela Edição

DENISE DE BARROS RIBEIRO GARCIA

Data de C

25/01/202

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco
R-01	Estudo Técnico Preliminar ou Termo de Referência com especificações e justificativas insuficientes	Levantamento de dados inconsistentes	Planejamento	Administração	Baixo
Impactos					
1	Contratação de objeto diferente ou em desacordo com a necessidade da Administração; Não atendimento ao princípio de forma eficaz; Diminuição da competição, podendo culminar em uma licitação deserta ou fracassada. Aumento no custo da aquisição;				
Ações Preventivas					
P-01	Revisar cuidadosamente o Estudo Preliminar e o Termo de Referência, de maneira a reduzir as inconsistências verificadas no planejamento da contratação			Responsáveis: FABIO HENRIQUE ABREU , DARCY I	
Ações de Contingência					
C-01	A equipe de planejamento da contratação deve solicitar à unidade demandante justificativa complementar com elementos suficientes para que subsidiem a contratação. Revogar ou anular o processo de licitação e emitir despacho ao setor requisitante solicitando adequação da Pesquisa de Preços e do Termo de Referência			Responsáveis: FABIO HENRIQUE ABREU , DARCY I	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco
R-02	Erro no cálculo de preço estimado (pesquisa de preços)	Majoração dos preços de mercado em função das alterações do cenário nacional e/ou preços inverídicos repassados pelos fornecedores	Planejamento	Administração	Baixo
Impactos					
1	Sobrepço ou preços inexequíveis; Possíveis negociações desfavoráveis devido a estimativa de preços estar incorreta; Preços oferecidos no mercado. Não atendimento ao princípio da economicidade. Resultados de licitação com preços praticados no mercado (preços superestimados)				
Ações Preventivas					
P-01	Consultar o site "compras governamentais" a fim de obter os custos praticados em outros órgãos para a prestação do serviço, entre outros. Analisar cuidadosamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas consultadas.			Responsável: FABIO HENRIQUE ABREU	
Ações de Contingência					
C-01	Analisar as propostas ofertadas no momento do certame licitatório de maneira a mitigar o risco apresentado. Verificar junto ao setor de Compras novos prazos estimados para aquisição, bem como emitir despacho à unidade requisitante solicitando adequação da pesquisa de preços e do Termo de Referência			Responsável: FABIO HENRIQUE ABREU	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco
R-03	Erro nos quantitativos estimados para pretensão contratação	Levantamento histórico inconsistente.	Planejamento	Administração	Baixo
Impactos					
1	Não atendimento das demandas das unidades solicitantes;				
Ações Preventivas					
P-01	Justificar as quantidades pretendidas no Termo de Referência por meio do Estudo Técnico Preliminar com base em histórico de consumo ou previsão de uso real			Responsável: FABIO HENRIQUE ABREU	
Ações de Contingência					
C-01	Realizar a retificação das quantidades adequadas à necessidade das unidades demandantes.			Responsável: FABIO HENRIQUE ABREU	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco
R-04	Atraso na prestação dos serviços e/ou Não atendimento das demandas	Desídia da empresa	Gestão de Contrato	Administração	Baixo
Impactos					
1	O Atraso ou não execução dos serviços podem causar prejuízos às Unidades que dependem dos serviços de reposição de peças, para preservação de bens público, bem como acarretaria a interrupção temporária de serviços administrativos, laboratoriais e hospitalares da Fiocruz.				
Ações Preventivas					
P-01	Acompanhamento da Fiscalização durante a execução contratual. Prever no Termo			Responsável: FABIO HENRIQUE ABREU	

de Referência sanções para caso de atrasos na prestação de serviços						ABREU
Ações de Contingência						
C-01	Aplicar as sanções previstas no contrato					Responsável: FABIO HENRIQUE ABREU
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco	
R-05	Não manutenção das condições de habilitação pela empresa vencedora do certame	Insuficiência de recursos financeiros, negligência, descuido, omissão, imprudência ou irresponsabilidade da empresa contratada.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	
Impactos						
1	Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo/paralisação das atividades da Instituição e ou Prejuízo a					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar junto à fiscalização do contrato a verificação das condições de habilitação da contratada e se necessário notificá-la para sanar as pendências constadas.					Responsável: JOAO PEDRO PEREIRA
Ações de Contingência						
C-01	Notificar a contratada pelo descumprimento de suas obrigações contratuais e aplicar as penalidades prevista em contrato. Abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso.					Responsável: JOAO PEDRO PEREIRA

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

FABIO HENRIQUE
CERQUEIRA ABREU
Analista de Gestão em Saúde

DARCY RODRIGUES
Analista de Gestão em Saúde

Equipe de Gestor/Fiscal do Contrato

JOAO PEDRO DE ARAUJO
PEREIRA
Analista de Gestão em Saúde



Documento assinado eletronicamente por **DARCY RODRIGUES DA SILVA, Gestor(º) do Departamento de Serviços Gerais Substituto(º)**, em 17/03/2022, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca, Coordenadora Geral de Infra- Estrutura dos Campi, por Subdelegação.**, em 17/03/2022, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1541958** e o código CRC **83382DBF**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: junho/2021

* A AGU poderá atualizar os modelos dos documentos em seu site a qualquer momento

Referência: Processo nº 25389.000668/2021-11

SEI nº 1541958